

MASCULINIDADE E IDENTIDADE DOCENTE: NARRATIVAS DE PROFESSORES HOMENS DO ENSINO

FUNDAMENTAL I

Magno Júnior Guedes dos Santos Reis (Pós-Crítica\UNEB)¹

Resumo: O presente estudo faz parte de uma pesquisa desenvolvida no Mestrado em Crítica Cultural sob os auspícios da linha 2: Letramento, Identidades e Formação de Educadores, e do Grupo de Estudo em Resiliência, Educação e Linguagens- GEREL. Apresenta como principal proposta identificar de que maneira, numa área predominantemente feminina, os professores homens, no exercício da profissão, constroem a sua identidade nos anos iniciais do ensino fundamental. Para a aquisição desse objetivo pretendemos traçar um percurso historiográfico da construção social da masculinidade a partir das relações de gênero, discutir a história da educação e a gênese do ser professor no Brasil e analisar o processo de constituição da identidade dos professores homens baseado nas narrativas dos próprios atores envolvidos no fazer pedagógico. Este estudo justifica-se em razão da escola, depois do processo de feminização do magistério, ser legitimada como um espaço a ser ocupado, especificamente, pelo público feminino e por reconhecer a mulher como a possuidora dos atributos “natos” para exercer a função de professora. Desse modo, os homens mantiveram-se distantes da área educacional, notadamente, nos anos iniciais do ensino fundamental, o que impacta diretamente na precariedade em pesquisa que evidencia a atuação de professores homens em exercício docente. Destarte, a pesquisa assumirá a seguinte questão problema: de que maneira, numa área predominantemente feminina, os professores homens, no exercício da profissão, constroem a sua identidade nos anos iniciais do ensino fundamental? Essa inquietação será contemplada progressivamente no percurso da investigação, em contato com as instituições, com os sujeitos protagonistas da pesquisa e com o “eu” pesquisador imerso na teoria da crítica cultural, inconformado com as verdades do mundo invisibilizado e que entende o campo de pesquisa como terreno fértil para descobrir outras possibilidades de ser, estar e habitar o mundo, e, assim, iniciar o processo de descolonização a partir da desconstrução de uma história uniforme. Dito isto, faremos uso dos seguintes estudos: (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2010), (ALMEIDA, 1995), (BADINTER, 1993), (BOURDIEU, 2019), (FOUCAULT, 2014), (HALL, 2006), (MIGNOLO, 2008), (NOLASCO, 1993;1995; 1997), (NÓVOA, 1995) e (OLIVEIRA, 2004). Perante o exposto, trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa com enfoque no método autobiográfico e tem como instrumento a entrevista episódica. Assim, espera-se com essa investigação promover impacto político, cultural, social e acadêmico, o que resultará na possibilidade de implementação de políticas públicas com foco na formação de professores na perspectiva de gênero, na diversidade no contexto escolar, nos movimentos sociais de enfrentamento, no confronto e desmonte ideológico de toda prática segregatória.

Palavras-chave: Masculinidades. Identidade. Docente.

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como principal proposta identificar de que maneira, numa área predominantemente feminina, os professores homens, no exercício da profissão, constroem a sua identidade nos anos iniciais do ensino fundamental. Para a aquisição desse objetivo pretendemos traçar um percurso historiográfico da construção social da masculinidade a partir das relações de gênero, discutir a história da educação e a gênese do ser professor no Brasil e analisar o processo de

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural, Universidade do Estado da Bahia (Pós-Crítica/UNEB), linha de pesquisa 2: Letramento, Identidade e Formação de educadores, membro do Grupo de Pesquisa GEREL/ CNPq, bolsista FAPESB. Orientadora: Maria de Fátima Berenice da Cruz. Endereço Eletrônico: magnojrguedes@hotmail.com.

constituição da identidade dos professores homens baseado nas narrativas dos próprios atores envolvidos no fazer pedagógico.

Este estudo justifica-se em razão da escola, depois do processo de feminização do magistério, ser legitimada como um espaço a ser ocupado, especificamente, pelo público feminino e por reconhecer a mulher como a possuidora dos atributos “natos” para exercer a função de professora. Desse modo, os homens mantiveram-se distantes da área educacional, notadamente, nos anos iniciais do ensino fundamental, o que impacta diretamente na precariedade em pesquisa que evidencia a atuação de professores homens em exercício docente.

Destarte, a pesquisa assumirá a seguinte questão problema: de que maneira, numa área predominantemente feminina, os professores homens, no exercício da profissão, constroem a sua identidade nos anos iniciais do ensino fundamental?

Essa inquietação será contemplada progressivamente no percurso da investigação, em contato com as instituições, com os sujeitos protagonistas da pesquisa e com o “eu” pesquisador imerso na teoria da crítica cultural, inconformado com as verdades do mundo invisibilizado e que entende o campo de pesquisa como terreno fértil para descobrir outras possibilidades de ser, estar e habitar o mundo, e, assim, iniciar o processo de descolonização a partir da desconstrução de uma história uniforme.

Debruçar-se sobre as concepções da masculinidade ainda é algo incipiente na história da pesquisa nacional. As especulações que perpassam pelo conceito da masculinidade no campo social e cultural foram estruturalmente pensadas a partir da prevalência da masculinidade dominante que tem seus princípios norteados pelos dogmas hegemônicos e coloniais tomando como ponto de partida o paradigma patriarcal, o que problematiza qualquer manifestação que coloque em cheque o poder do colonizador.

Dito isto, pontuo que a temática da masculinidade trata-se de uma abordagem hermética que carece de olhares na perspectiva da transversalidade. Para refletir sobre o assunto em pauta faz-se necessário regressar na história para compreender como o conceito foi concebido ao longo dos anos.

A CONSTRUÇÃO CULTURAL DA MASCULINIDADE

Na contemporaneidade a masculinidade é pesquisada a partir do aparato biológica e sexual, demarcada pela presença do objeto fálico como quesito determinante para a constituição do “ser macho”. Logo, às práticas do exercício da masculinidade está condicionada por uma estrutura orgânica e a divergência sexual é consequência de uma disposição natural axiomático.

Numa abordagem social, a constituição dos papéis desempenhados por homens e mulheres vai além do biológico suplantando a ideia de ser considerada como algo intrínseco do sujeito; é efetivado ao longo dos anos por meio das relações sociais e de gênero. Desse modo, pode-se inferir que a construção paradoxal da masculinidade é produto de uma herança histórica que exclui, adocece e mata não só as mulheres, mas, principalmente, os homens.

A masculinidade, dentro dos moldes patriarcais, praticada por uma parte dos homens, concebe a hostilidade, a concorrência, a rigidez, a bravura, o heroísmo e o destemor como princípios sócio- históricos a ser cultuados pela cultura colonizadora. O ser macho está diretamente relacionado a força bruta, a inexistência de zelo consigo e com o outro; está atrelado ao perigo, e ao imprevisível submetendo-se as condições precárias de sobrevivência física, emocional e de trabalho, além de que coloca em crise a própria vida, em função do “status de macho”, não levando em conta o sentimento alheio por legitimar o trato cuidadoso com o outro como atributo de mulher (BADINTER, 1993; NOLASCO, 1995;1997; OLIVEIRA, 2004).

Segundo Albuquerque Júnior,

(...) o masculino, o macho, se define, justamente, por uma relação de profundo controle, de censura, de apagamento do corpo. O corpo masculino é um corpo apagado naquilo que é mais próprio, um corpo sem sensibilidade, um corpo castrado na expressão livre dos efeitos trazidos pelos afetos das coisas e das pessoas. É um corpo domado, enrijecido, construído como uma carapaça muscular, que visa protegê-lo do mundo exterior. Um corpo que busca ser impenetrável aos afetos externos, que tem medo de tudo que o ameace violar ou atravessar, tudo que o possa amolecer, desmanchar, delirar. O corpo masculino é pensado como um corpo instrumental, um corpo a serviço de si mesmo, autocontrolado, autocentrado, autoerotizado, autista, fechado, travado. O corpo masculino teme a fuga, teme o desejo, teme o afeto, teme tudo que o possa arrastar para fora de si mesmo, possa gerar o descontrole, a abertura, a fragmentação, a viagem. Corpo pensado e treinado para se defender, para dominar a si mesmo e a outros, corpo treinado para ser reativo a tudo que vem de fora, corpo reacionário. Corpo adormecido, corpo censurado, corpo anestesiado, corpo pânico. O corpo masculino pensado e modelizado pela cultura judaico-cristã, pela cultura burguesa, é um corpo censurado e instrumental, um corpo docilizado, um corpo com medo de corpos (2010, p.25).

Assim, o sujeito para se afirmar como macho despreza qualquer conduta dita feminina. Logo, resiste em assumir limitação, fraqueza, sensibilidade e fragilidade inserindo-se nas estatísticas de doenças muito mais que as mulheres, e, quando diagnosticado com a patologia, tem dificuldade de receber cuidados e conviver com o sofrimento, pois, desde sempre, é educado para dominar e controlar, e não para depender.

Numa lógica de dominação, os aspectos racionais, o vigor físico, autoridade e poder sempre foram atributos do homem, em contrapartida, a meiguice, delicadeza, mansidão, amorosidade, atenção e o cuidado atributos de mulher, logo, deveria ser resistido pelo público masculino, a fim do

indivíduo não ter a masculinidade questionada (BADINTER, 1993; NOLASCO, 1995;1997; OLIVEIRA, 2004).

A mulher sempre foi concebida como um sujeito sensível e frágil atribuindo ao homem o papel de guardião, aquele que dispensa proteção, e, nessa direção, a sociedade reitera a todo momento que o homem é superior e a mulher subjugada numa relação de total dependência, inserindo o homem no lugar de prestígio e honra. Verifica-se que a figura masculina está vinculada a ideia de provedor, de chefe do lar, forte, macho, másculo, vigoroso, valente, destemido, o que exercer domínio sobre a mulher.

Na prática ocidental, o poder utilizado com objetivo de subjugar a mulher, introduzindo- a no arquétipo da subserviência masculina, o que reforça um protótipo hegemônico dominador, está muito mais relacionado a um esquema social e histórico validado, na maioria das vezes, por meio do discurso do que da própria força operacional.

A paternidade, por exemplo, é um reforçador de uma ideologia, que serve como uma espécie de reafirmação da identidade masculina com base no que é preconizado pelo meio social e pelo viés religioso. Este é adepto ao lema “crescei-vos e multiplicai-vos” e aquele faz alusão a paternidade, depositando no homem a responsabilidade de providenciar e operacionalizar os exemplos morais esperados que, geralmente, estão relacionados a subsistência e a orientação dos filhos no que diz respeito ao que é “certo” e “errado”, do que pode e do que não pode, uma vez que essas obrigações são institucionalizadas pelo paradigma patriarcal, demarcando o fazer masculino.

Ainda nesse viés, insere-se a performance sexual e agressividade que são algumas categorias reguladoras que os homens são submetidos, e se não apresentarem essas prerrogativas, recai no campo da fragilidade e vulnerabilidade, e o prestígio social de ser macho é deslocado (BADINTER, 1993; NOLASCO, 1993; 1997; OLIVEIRA, 2004).

Ainda sobre a concepção de macho, Albuquerque Júnior (2010, p.23 e 24) reitera:

Um macho que se preze é agressivo na vida e com as pessoas, se caracteriza pela vontade de poder, de domínio, exige subordinados e subordinações, notadamente das mulheres. Um macho não deixa transparecer publicamente suas emoções e, acima de tudo, não chora, não demonstra franquezas, vacilações, incertezas. Um macho tem opiniões firmes e incontestáveis, tem uma só palavra, não aceita ser contrariado ou contestado, notadamente por mulheres. Um macho não adocece, não tem fragilidades nem físicas, nem emocionais, frescuras. Um macho sempre sabe o que faz, aonde quer chegar e ai daquele que se colocar em seu caminho. Um macho é um ser competitivo, está sempre disputando com outros machos a posse das coisas e das pessoas. Um macho é objetivo, racional, até frio e cruel, calculista, não se deixando levar por sentimentos. Um macho é desleixado, sem vaidade, é um homem natural, sem artifício, sem polidez.

Frente ao exposto, nota-se que ao nascer, homens e mulheres não são donos dos aparatos materiais e ideológico que os legitimam como tal, ou seja, mulheres não são dóceis e nem

subordinadas e homens não são agressivos e nem dominantes, na verdade, são os padrões sociais patriarcais, a partir da representatividade de ambos os públicos, que constituem esses dois universos e determinam o fazer masculino e feminino.

A nocividade da estereotipação do ser macho é decorrência da transmissão das crenças culturais as crianças do sexo masculino pela cultura colonizadora, apresentando uma intimidação subtendida aos valores identitários do status de macho, caso se afaste, ideologicamente do que é conjecturado.

Refletir sobre masculinidade é um caminho possível para desaprisionar práticas, gestos, destravar corpos e propor um olhar cuidadoso para a elaboração de uma nova masculinidade para além do paradigma patriarcal, e, assim, viabilizar relações de gênero que sejam capazes de promover e manter o equilíbrio entre os humanos e a vida.

DOMINAÇÃO MASCULINA: UM OLHAR SOBRE O CORPO DOCILIZADO

A sociedade globalizada se apropria da ideologia androcêntrica para nortear as relações sociais entre homens e mulheres. Acredita-se que masculino e feminino são antagônicos e dissimétricos. A performance masculina é percebida como dominante, superior e contra aos ideais femininos. Assim, observa-se que a conduta androcêntrica ordena as relações sociais, apesar de ser confrontada, o que impacta diretamente na construção das relações entre homem e mulher.

Nesse viés, é imprescindível trazer à baila como se dá o processo de dominação por meio da violência simbólica. Dito isto, Bourdieu (2019, p.47) pontua:

A violência simbólica se institui por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante (e, portanto, à dominação) quando ele não dispõe, para pensá-la e para se pensar, ou melhor, para pensar sua relação com ele, mais que de instrumentos de conhecimento que ambos têm em comum e que, não sendo mais que a forma incorporada da relação de dominação, fazem esta relação ser vista como natural; ou, em outros termos, quando os esquemas que ele põe em ação para se ver e se avaliar, ou para ver e avaliar os dominantes (elevado/baixo, masculino/feminino, branco/negro etc), resultam da incorporação de classificações, assim naturalizadas, de que seu ser social é produto.

Isto posto, é fundamental sinalizar que a maioria das relações de dominação acontece de uma forma implícita e imperceptível. Nota-se que a naturalização dessa dominação é autorizada pelo Estado e pela Sociedade Civil, e a impercepção e dissimulação da violência simbólica são produtos da relação de subalternidade e dominação. A relação de poder, nesse sentido, se estabelece a partir de uma lógica econômica, a classe social mais privilegiada dita a sua cultura aos subordinados, mas, por outro lado, percebe-se também que esse processo de dominação masculina não se consolida somente nessa perspectiva; trata-se de uma estrutura densa e profunda por se tornar real por meio

das reproduções dos comportamentos sociais, legitimando a violência simbólica que está cravada no campo da comunicação e reflexão.

Constata-se que a dominação masculina é percebida nas mais diversas maneiras de dominação, uma vez que no momento anterior se materializava com maior intensidade nos espaços domiciliares, o que de forma automática o que é feminino é sucumbido pela natureza histórica do que é masculino, ou seja, tanto homens como mulheres introjetam a ordem masculina, que hierarquicamente exerce a posição de dominação (BOURDIEU, 2019).

A dominação masculina é analisada numa lógica simbólica, por essa razão, o poder que impõe sentidos regulamentando como absoluta e legítima as relações de forças que servem como sustentáculo da própria força, reporta-se a ideia de subsistência de um poder que se esconde nos contatos sociais e que, de alguma forma, alcança a cognição ideológica do sujeito repercutindo na percepção do mundo o qual faz parte (BOURDIEU, 2019).

Não existe pensamento apartidário, porque a suposta liberdade ideológica é decorrente de ideias pregressas, estereótipos, preconceitos e concepções do mundo exterior. Logo, identifica-se que uma relação desarmoniosa de poder abre conjectura para uma compactuação ideológica dos grupos dominados, o que necessariamente não se trata de um acordo consciente e intencional, mas de subordinação das classes subalternizadas.

Portanto, pode-se inferir que um corpo orgânico, biologicamente constituído e modelado é acunhado de corpo politizado, em virtude da perspectiva androcêntrica que impera, resultando na naturalização das expressões docilizadas do corpo e que são justificadas pela disposição natural (BOURDIEU, 2012).

Nesse raciocínio, sobre a dominação masculina, Bourdieu (2019, p.7 e 8) reitera:

(...) Também sempre vi na dominação masculina, e no modo como é imposta e vivenciada, o exemplo por excelência desta submissão paradoxal, resultante daquilo que eu chamo de violência simbólica, violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento. Essa relação social extraordinariamente ordinária oferece também uma ocasião única de apreender a lógica da dominação, exercida em nome de um princípio simbólico conhecido e reconhecido tanto pelo dominante quanto pelo dominado, de uma língua (ou uma maneira de falar), de um estilo de vida (ou uma maneira de pensar, de falar ou de agir) e, mais geralmente, de uma propriedade distintiva, emblema ou estigma, dos quais o mais eficiente simbolicamente é essa propriedade corporal inteiramente arbitrária e não predicativa que é a cor da pele).

Diante das informações supracitadas, verifica-se que a dominação masculina está delineada por uma prática imperceptível pelos próprios envolvidos, em razão de ser manifestada pelo viés simbólico do discurso e da epistemologia. A constituição e a determinação de seus valores

executados pelas instituições privadas, especificamente, o Estado e a Escola, poderiam ser agenda essenciais de resistência das demandas feministas.

Os subalternos utilizam os padrões implementados pelo viés dos dominantes, naturalizando-os, o que resulta na reprodução material de práticas eurocêntricas e colônias fazendo com que a mulher se autodeprecie e se autodespreze por não se enquadrar nos moldes dos padrões dominantes europeu, captando uma percepção depreciativa e desprestigiada do feminino.

As feministas foram as principais denunciadoras de que os papéis sociais desempenhados pelas mulheres não são determinados pelo sexo e exalta a ideia de que os gêneros são elaborados pela cultura e construídos socialmente. A partir daí, abre o diálogo para problematizar os papéis sexuais que, até então, eram concebidos como aspectos intrínsecos do sujeito possibilitando repensar a construção social dos gêneros.

Pensando nisso, deve-se compreender que a divergência entre sexo e gênero é de suma relevância para o amadurecimento do conceito da masculinidade partindo do princípio de que a constituição desse ser macho também se processa dentro do arcabouço cultural e social, além de colocar em crise o saber técnico-científico que sempre exaltou a perspectiva biológica e patriarcal (ALMEIDA, 2010).

Em consequência, verifica-se que o paradigma cultural cria obstáculo que dificulta a caminhada das mulheres. Assim, faz-se necessário a descolonização na maneira de se perceber, de se reconhecer e de se constituir no mundo, a fim de que esse desmonte do saber masculino gere também mudanças no território em que está inserido.

Mas, em que território e de que forma se concretiza o processo de dominação/ colonização?

Partindo do vínculo social e levando em consideração o exercício de controle que esses contatos executam na intenção de homegeinizar os indivíduos a partir da concepção de normalidade da massa, pode-se inferir, então, que a dominação se manifesta em qualquer território?

Como trocamos experiências em sociedade e todo momento somos reprovados de diversas formas, a fim de tornar o mais apropriado possível cada sujeito, de acordo com o que é prognosticado como padrão a ser seguido pela massa, podemos corroborar que essa dominação se dá em qualquer território e esse processo oportuniza a formação de sujeitos docilizados.

Nos espaços públicos e, até mesmo em ambientes mais privativos onde estamos, de certa forma, mais solitários podemos sentir o choque dessa docilização, pois, como pontua Foucault (2014), o dispositivo da disciplina, quando bem empreendido, não é necessária o olhar de fatores externos para que alguém se sinta vigiado. Sentimos e elucubramos as consequências de romper

com o que nos foi imposto, mesmo quando os mecanismos de controle externos não estão presentes.

O espaço escolar, por exemplo, é um ambiente em que o aspecto disciplinar é bem presente. Observe que nesse espaço aprendemos a nos comportar em sociedade, nos apropriamos das regras e normas que antes não eram expostas no contexto familiar. Nesse ambiente, a todo instante somos doutrinados no sentido de receber retribuição quando a conduta é idêntica ao que é esperado e críticas quando manifestamos comportamentos contrários da norma preestabelecida.

As disciplinas, como instrumento para capitalizar o tempo, são claramente aplicadas pela instituição escolar. Divide-se o tempo para ensinar uma atividade por vez e passar para a seguinte, apenas, quando a anterior estiver completamente garantida. Organizam-se as sequências, com base na complexidade crescente dessas atividades, e finaliza com uma prova, e, por fim, categoriza-se o indivíduo (FOUCAULT, 2014).

Através destes mecanismos formam-se corpos colonizados para colonizar, adestrado para adestrar. O corpo passa a ser, prioritariamente, pensado como uma máquina de produção e precisa ser dominado para fabricar o produto almejado pela cultura colonizadora.

Nessa direção, percebe-se que o domínio do poder tem se manifestado desde a incorporação da modernidade sob a perspectiva europeia criando e exercendo as diferenças com objetivo de subjugar povos e culturas. Assim, esse fenômeno estrutura, a partir desses povos e culturas, subjetividade colonizadas, razão pela qual se propõe a desconstrução de uma história uniforme sobre a verdade do mundo (MIGNOLO, 2008).

Faz-se necessário se apropriar de outras verdades sobre o mundo invisibilizado pelo depoimento europeu abrindo possibilidades para formação de outras ideologias, além de tornar visível a lógica colonial precursora da narrativa homogênea enquanto manipuladora da ideologia uniforme. Dessa forma, despir-se do modo de vida social estabelecido pela modernidade europeia reconhecendo outras possibilidades de ser, estar e habitar o mundo é dá início ao processo de descolonização.

A configuração social europeia só ocupa o lugar de modelo a ser seguido de acordo com as alternativas de existir no mundo, levando em consideração os rótulos, estigmas e hierarquias impostas pela narrativa da ideologia europeia numa relação de força, o que estabelece, nessa lógica, a matriz colonial (MIGNOLO, 2008).

As provocações desenrolam-se com a finalidade de desestruturar convicções que constitui a modernidade. Nessa perspectiva, a descolonização sublinha outras formas de se manifestar no

mundo contemporâneo fugindo do que é legitimado pelo padrão europeu, e todos aqueles que não aderem ao modelo imposto é configurado como atrasado, bárbaro, subdesenvolvido e não civilizado.

Deve-se negar qualquer proposta de homogeneização das relações, bem como refutar a possibilidade de acomodar povos a estrutura neoliberal que incentiva o poder colonizador combatendo, de frente, a epistemologia colonial e oportunizando a descolonização do saber eurocêntrico, que, nesse contexto, insere-se a escassez do público masculino atuando nas séries iniciais de ensino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As práticas sociais contemporâneas são saturadas de instrumentos favoráveis para o processo de dominação. Assim, colonizar o outro pode ser avaliado por uma lógica onde são perceptíveis conformidades com relação ao processo de domesticação do indivíduo. O interesse incessante por um lugar de pertencimento e a necessidade de caminhar pelo viés da padronização a fim de ser aceito, resulta na proliferação de comportamentos cada vez mais docilizados.

Assim, repensar a masculinidade do modo que é concebida pela discussão de gênero rompe com o estereótipo, valida o princípio de igualdade entre homens e mulheres ajudando-nos a perceber como as relações de poder são historicamente construídas e como as diferenças sociais são naturalizadas e reproduzidas, além de facultar uma percepção crítica de como as crianças são educadas e de como as divergências de sexo perpassam o imaginário e o cotidiano das pessoas.

Materializa-se à crítica a esse processo de colonização produzida pela cultura hegemônica, pois onde há dominação, na lógica da padronização, existirão corpos adoecidos como produto desse sujeito colonizado.

REFERÊNCIAS:

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *Máquina de fazer machos: gênero e práticas culturais, desafio para o encontro das diferenças*. Paraíba: UDUEPB, 2010. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/tg384/pdf/machado-9788578791193-02.pdf>. Acessado em: 04/08/19.

ALMEIDA, Anaildes. *A construção social da masculinidade*. Salvador: EDUNEB, 2010.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Tradução Maria Helena Kuhner. -15ª. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

BADINTER, Elisabeth. *XY: sobre a identidade masculina*. Tradução Maria Ignez Duque Estrada. - Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramallete. 42. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11 ed. Trad. Tomaz T. da Silva e Guaracira L. Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

MIGNOLO, Walter D. *Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política*. Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade, nº 34, p. 287-324, 2008. Disponível em: http://professor.ufop.br/sites/default/files/tatiana/files/desobediencia_epistemica_mignolo.pdf. Acessado em 04/08/19.

NOLASCO, Sócrates. *Um “Homem de Verdade”*. In: CALDAS, Dario (org.). *Homens*. São Paulo: Editora SENAC, 1997, p. 13-29.

NOLASCO, Sócrates Alvares (organização). *A desconstrução do masculino*. - Rio de Janeiro: ROCCO, 1995.

NOLASCO, Sócrates Alvares. *O mito da masculinidade*. - Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

OLIVEIRA, Pedro Paulo. *A construção social da masculinidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2004.